

A universidade brasileira e a inserção da semi-periferia no sistema econômico mundial

Renato de Oliveira*

Daniel Guerrini**

Resumo Discutir-se-a o papel da Universidade no contexto do capitalismo semi-periférico brasileiro, cujas empresas buscam inserir-se competitivamente nos elos intermediários das cadeias de valor do capitalismo mundial. Embora, no plano imediato, isso dê legitimidade ao modo de produção capitalista no país, o horizonte limitado de aquisição de lucros impele, no médio prazo, à intensificação da exploração do trabalho e dos recursos naturais. A produção de conhecimento científico visando à inovação tecnológica poderia abrir uma alternativa em relação às estratégias de instrumentalização do trabalho e da natureza. Entretanto, no caso brasileiro, percebemos três tendências contrárias nas universidades: 1) A apropriação da ciência como parte do processo de sofisticação cultural dos grupos que a produzem; 2) O ancoramento daqueles que produzem ciência nas estruturas administrativas do Estado; 3) Uma valorização acrítica da cultura das classes populares. Analisando as tendências observadas, discutimos as possibilidades de desenvolvimento que a universidade pode trazer à sociedade se assumir seu papel de instituição moderna.

Palavras-chave semi-periferia; universidade; inovação tecnológica;

The Brazilian university and insertion of the semi-periphery into the world economic system

Abstract We intend to discuss the university's role in the context of the Brazilian semi-peripheral capitalism, whose enterprises seek to insert themselves competitively in the intermediary links of the world capitalism's chain of value creation. Even though in the immediate plan this gives legitimacy to the capitalist mode of production in the country, the limited horizon of acquisition of profits impels, in the middle term, companies towards the exploitation of labor and nature. Scientific production oriented towards technological innovation could open an alternative in relation to these

* Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço postal: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento de Ciências Sociais, Av. Bento Gonçalves, 9.500, Sala 103, Campus do Vale, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP. 91509-900, telefone (51) 3308.6635 e e-mail renato@adufgrs.ufrgs.br

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e pesquisador visitante na Universidade de Tampere, Finlândia. Endereço postal: Kalevantie 4, School of Management- Pinni A Room A4089, University of Tampere, FI-33014, telefone +358 041 729 7088 e e-mail daniel_guerrini@hotmail.com

strategies of mere exploitation of labor and nature. Nevertheless in the Brazilian universities' case we observe three trends that are contrary to that alternative: 1) the appropriation of science as a part of cultural sophistication of the groups who produce it; 2) the anchorage of those who produce science in the administrative structures of the State; 3) the uncritical appreciation of popular culture. Analyzing the observed trends, we discuss the possibilities of development that the university could bring to Brazilian society if it were to assume its role as a modern institution.

Keywords semi-periphery; universities; technological innovation;

Uma década e meia depois da aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; pouco mais de dez anos após a instituição dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia; sete anos depois da promulgação da Lei de Inovação; pouco depois da expansão do número de IFES e da adoção de cotas étnico-sociais para ingresso nos seus cursos; em plena expansão da pós-graduação e em pleno regozijo dos reitores pela bonança financeira de suas instituições, a Universidade brasileira volta a se defrontar com o eterno fantasma da contestação.

Desta vez, não se trata da contestação estudantil, mas de integrantes de segmentos que outrora representariam o *establishment*. Assim, acadêmicos e pesquisadores do mais alto nível assinam manifestos questionando os critérios de avaliação de desempenho acadêmico e institucional das universidades.

Cientistas divulgam artigos acusando seu conservadorismo burocrático. Articulistas da imprensa questionam os impactos sociais das atividades de ensino e pesquisa e acusam o auto-isolamento da instituição. Mesmo segmentos empresariais, que outrora não dedicavam às universidades mais que o olhar de conformismo irônico dirigido a praticamente todas as instituições da burocracia pública brasileira, começam a se dar conta do óbvio e a manifestá-lo: sem uma Universidade em vigorosa interação com as instâncias produtivas da sociedade, perderemos mais uma vez a chance de evoluirmos para o status de uma economia desenvolvida. Dado significativo neste contexto, uma recente pesquisa da FIESP sobre inovação industrial entre empresários paulistas constatou que a segunda dificuldade mais importante, apontada por mais de um terço dos entrevistados, é o “desconhecimento do que se passa na universidade” (FIESP, 2010).

Acrescentando argumentos a este conjunto de manifestações, o desempenho da economia do país está longe de ser satisfatório. O crescimento dos últimos anos foi significativo, é certo, e mesmo a recessão que acompanhou a crise internacional não alterou a dinâmica do que vem sendo insistentemente anunciado como um “ciclo de crescimento sustentado”. Além disso, o crescimento do consumo interno tem crescido significativamente, alimentando incontáveis especulações sobre uma “nova classe média” que, qual o lírio da fábula, estaria surgindo do pântano a que sempre foi relegada a ralé brasileira.

No entanto, alguns dados do comportamento mais recente da economia, sobretudo algumas projeções menos comprometidas com visões ufanistas, sugerem que, em termos de alcance, o atual ciclo de crescimento está mais para um voo de galinha do que para o voo do condor.

De fato, a participação relativa da indústria na economia nacional diminuiu aos níveis de meados da década de 1940, quando o Brasil ainda estava ensaiando a dinâmica que o tiraria da condição de “país essencialmente agrícola”. Diferentemente dos países mais dinâmicos da economia mundial, nos quais o lugar da indústria é ocupado pelos serviços intensivos em conhecimento que constituem a mola do processo de inovação, no Brasil este lugar está sendo reocupado pelos setores ditos “maduros” da nossa economia, isto é, os setores intensivos em trabalho, recursos naturais e energia. Dito isto, o país estaria se preparando para reocupar, de forma competente, seu lugar de sempre na divisão internacional do trabalho: o lugar que compete a um país fornecedor de *commodities*. A commoditização estaria avançando mesmo nos serviços intensivos em conhecimento. Na área crítica de *software*, por exemplo, recente pesquisa patrocinada pela associação setorial revelou que apenas 30% do *software* consumido no mercado brasileiro é desenvolvido no país, enquanto 80% das exportações do setor referem-se a serviços relacionados. “Ou seja, estamos exportando mão de obra, homem/hora, em vez de *software*”, acrescenta o dirigente setorial, enfatizando que este êxito da área de serviços vem sendo alcançado graças ao fato de a indústria brasileira cobrar de 30% a 40% a menos pelos serviços em relação ao mercado internacional (SCHMITT, 2011).

Por outro lado, as recentes medidas governamentais visando a atração de empresas fabricantes de alguns dos novos ícones da indústria eletrônica e de informática, como os *tablets*, ao conceder facilidades fiscais para empresas de países que manufaturam bens desenvolvidos em países do núcleo orgânico da economia mundial, parecem demonstrar uma nova forma de inserção dependente no mercado internacional: a conhecida estratégia dos países que dependem da dinâmica de inovação de terceiros.

Reinsere-se de forma competente no papel de produtor de *commodities* para a economia mundial representa um avanço, sem sombra de dúvidas. Há uma exigência de eficiência nos processos econômicos internos que nos afasta, em princípio, do ciclo autoritário dos anos 1960-80, quando, para fazer face aos imperativos da acumulação *coûte que coûte*, as elites econômicas dos países semiperiféricos dependiam do poder repressivo dos respectivos Estados nacionais para manter um capitalismo carente de um mínimo de legitimidade. A nova forma de inserção pressupõe a absorção, pelo capitalismo nacional, dos custos de competitividade do mercado internacional, o que significa maior grau de racionalidade na gestão econômica pública e privada, implicando maior grau de racionalidade nas relações de trabalho de uma forma geral. Em outras palavras, há um avanço no que respeita à legitimidade social do capitalismo.

Esta legitimidade é reforçada pelas políticas de redistribuição direta da renda através da generalização de programas sociais, possibilitando a integração relativa de amplos contingentes sociais via (sub)consumo. Mas ela se manifesta sobretudo na emergência dos “batalhadores”, um enorme contingente de indivíduos que, oriundos dos baixos estratos da população, despertam para o empreendedorismo econômico em áreas de baixíssimo valor agregado (serviços pessoais, alimentação, terceirização de serviços de manufatura da indústria de vestuário e afins), que transformam as expectativas otimistas de evolução do mercado interno em projetos de sucesso pessoal fundados na valorização de seu “capital simbólico”: são os consumidores por excelência dos serviços educacionais transformados em *commodities* via expansão da oferta privada de ensino superior, dos cursos de formação do Sebrae e outros.

Mas esta legitimação tardia do capitalismo periférico pode ter vida curta. A modernização e racionalização das relações de trabalho são, aí, acompanhadas por um processo exponencial de financeirização da economia, facilitada pelo histórico de controle oligárquico sobre o Estado. O

encontro entre os interesses da alta finança e da alta política, que nas sociedades avançadas precisa conviver com a herança de um espaço público originário ainda capaz de ensejar as mais diversas formas de ação autônoma dos indivíduos e grupos sociais nos campos da cultura, da ciência e da tecnologia, encontra nesses países um campo livre para a instrumentalização da vida social em seu conjunto. O exercício do poder mantém, no essencial, os recursos de imposição unilateral dos interesses de uma “burguesia” que nunca precisou desenvolver competência econômica para conquistar hegemonia social e política, uma vez que manteve o controle dos mecanismos chave de decisão herdados da velha oligarquia. O controle unilateral sobre o aparelho de Estado lhe assegura as possibilidades imensas abertas pela desarticulação prévia de uma sociedade civil reduzida à atomização dos seus múltiplos grupos de interesse. Se até o passado recente o exercício da violência estatal foi seu recurso mais precioso para garantir a acumulação nas condições desvantajosas impostas pelo mercado internacional, a racionalização das relações de trabalho nas novas condições de competitividade internacional, visando à absorção dos seus custos, encontra seu limite de expansão na reprodução do regime de competitividade social restrita aos círculos privilegiados do poder político e econômico (FERNANDES, 1976, p. 150 ss.). O rompimento deste e o “choque de capitalismo” que daí resultaria alterariam as regras de exercício do poder interno, virtualmente alterando as condições de manutenção do país na semiperiferia da economia mundializada. Assim, as possibilidades de expansão de atividades econômicas enraizadas na iniciativa dos novos empreendedores são sacrificadas no altar dos interesses conjugados da alta finança e do exercício oligárquico do poder (incluindo seus sócios da nova classe governante) com seus ritos sagrados: as metas de inflação e seus desdobramentos nas taxas de juros e na liberdade cambial.

As tensões estruturais daí resultantes podem ser parcialmente controladas pelo manejo do enorme excedente econômico apropriado pelo Estado, assegurando seja a ilusão de integração social via transferência direta de recursos aos mais desfavorecidos, seja a cooptação pura e simples de lideranças emergentes na sociedade civil, bem como pela expansão do consumo interno garantido pela relativa liquidez do sistema financeiro. A experiência de países da periferia do centro, como Portugal, Irlanda, Espanha e principalmente a Grécia, mostra que o dever de casa da semiperiferia é duro, e que partilhar o regime fiscal dos países do centro, isto é, das economias afluentes, porque fundadas na inovação permanente, equivale a estiolar os recursos da Nação.

No caso brasileiro, aguça-se a pressão pela utilização predatória das reservas de recursos naturais para a produção de commodities, apontando para o nosso “destino histórico” de “irmos à Europa num aterro de café”. Por outro lado, a dinâmica de desindustrialização – seja pela persistência na perda de competitividade internacional dos industrializados nacionais, seja pela perda de competitividade interna face aos produtos das economias industriais asiáticas com suas reservas aparentemente inesgotáveis de mão de obra – ainda levará a pressões sobre o custo do trabalho. Ambos os vetores apontam inequivocamente para os limites da legitimação interna do capitalismo periférico, com risco evidente de erosão da legitimidade do Estado, duramente conquistada ao longo da transição democrática. A necessidade de um horizonte alternativo à presença oligopólica de premissas econômicas no debate sobre a situação brasileira tem dificultado a compreensão dos fundamentos estruturais da sociedade como condicionantes das perspectivas de futuro. Em face do debate econômico, amplamente dominado pelas premissas que orientaram a reinstitucionalização da política macro-econômica levada a efeito sob o Plano Real, a sociedade como tal, e as instituições através das quais ela se organiza, têm sido relegadas à condição de receptáculos passivos das iniciativas governamentais, como se estas, tecnicamente amparadas, levassem, por uma espécie de acumulação de efeitos benéficos, ao mundo que desejamos – ainda que as dificuldades do presente

impeçam ao vulgo de perceber com clareza que mundo deve desejar. Mas os economistas estão a postos para nos proteger dos nossos enganos.

Em suma, presas ao imediato, a sociedade e suas instituições não seriam plenamente capazes de exprimir demandas racionais, posto que estas, por sua própria natureza, transcendem o imediato. Entendemos que o problema é mais complexo, e à sociologia cabe compreendê-lo, explicá-lo e, se possível, desenhar propostas alternativas ao debate público. Afinal, o desenvolvimento se viabiliza, ou não, através das instituições sociais, e estas não são dados naturais da vida social, mas produtos da sua história que condicionam seu devir histórico. Ora, “a sociologia pode ser definida como a ciência das instituições, da sua gênese e de seu funcionamento” (DURKHEIM, 1987, p. XXII). A importância da ciência e da tecnologia para a política de desenvolvimento econômico dos governos que se seguiram à crise da renúncia do primeiro Presidente eleito após a Constituinte de 1988 pode ser medida inicialmente pelo status do Ministério da Ciência e Tecnologia, criado justamente no governo imediatamente posterior à transição democrática. De um ministério secundário, articulador de um debate que mal sensibilizava a comunidade acadêmica e passava ao largo da redefinição das políticas públicas no setor em fase de consolidação nas economias avançadas, ganhou status na virada do século, com uma política ousada de redefinição do marco regulatório das políticas de financiamento setorial, instituindo os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, de aparelhamento institucional para a prospecção estratégica, através da constituição do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, e tentando desfazer o nó górdio da relação entre as universidades públicas e o mundo empresarial, através da proposição da Lei de Inovação, promulgada já no governo posterior, em 2004.

O conteúdo temático da II Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, denominada, como as que se seguiram, de “Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, comparado ao da primeira Conferência, orientada pelo tema “Ciência e Tecnologia para uma Sociedade Democrática”, mostra o alcance pretendido pelas medidas tomadas: trazer a pesquisa científica e tecnológica para o centro da agenda política nacional, o que implicaria uma alteração de uma e de outra. Aquela seria orientada para o desenvolvimento econômico centrado na inovação tecnológica; esta descortinaria um horizonte que iria além tanto do velho horizonte ideológico do desenvolvimentismo quanto das máximas de subordinação à “lógica de mercado”.

Tais iniciativas, no entanto, não foram acompanhadas por mudanças significativas nas instituições de ciência e tecnologia propriamente ditas: as universidades e os institutos de pesquisa científica e tecnológica. Melhor dito, as mudanças aí implementadas, especialmente no que respeita às universidades, o foram em outra direção.

Assim, as universidades federais, depois de um período de discussões sobre uma eventual “reforma do ensino superior”, foram objeto de medidas visando assegurar a expansão do número de vagas no ensino de graduação, como o Reuni e o Prouni, além da criação de novas instituições, mais ou menos disseminadas pelas distintas regiões do país. Como se sabe, no contexto de adoção destas iniciativas, a adoção de critérios étnico-sociais para a definição de cotas de ingresso no ensino superior foi o tema que suscitou maior debate. Além disso, continuou a expansão acelerada da oferta de vagas no ensino superior privado, inclusive através de uma progressiva internacionalização do setor, através da compra das instituições mais lucrativas ou de maior potencial de mercado por grupos estrangeiros, aprofundando o processo de mercantilização deste nível de ensino.

Como resultado, houve uma efetiva expansão do ensino superior, que em 2010 somou cerca de 6 milhões de matrículas, incluindo o ensino presencial e à distância. Se contarmos o decênio 1999-2009, o crescimento total do número de matrículas foi de pouco mais de 150%, sendo que nas instituições públicas, incluindo federais, estaduais e municipais, este crescimento foi de pouco mais de 80%, enquanto nas empresas educacionais o crescimento foi de 426%, ficando crescimento nas instituições comunitárias e confessionais em 13%. Assim, as instituições comerciais, que em 1999 detinham 651 mil matrículas sobre um total de 2.370 mil, em 2009 já detinham 3.428 mil sobre um total de 5.954 mil.¹ No entanto, mais importante do que este rápido processo de mercantilização do ensino superior (aqui não estamos incluindo, entre as instituições comerciais, as comunitárias e confessionais, que passaram de 887 mil matrículas em 1999 para 1 milhão em 2009), é a distribuição dos alunos entre os diversos cursos ofertados, o que demonstra, em parte, o perfil propriamente dito do ensino superior em seu conjunto. Assim, em 2009, a distribuição dos alunos pelas diversas áreas de conhecimento não apresentou qualquer mudança sensível em relação ao padrão histórico de concentração nas áreas jurídicas e de ciências sociais aplicadas, com ênfase nos cursos de direito, administração e pedagogia. Pelo contrário, com o avanço das instituições comerciais, esta concentração cresceu exponencialmente, dado que, como se sabe, estas são áreas que exigem pouco investimento para a produção do serviço concomitante .

No que respeita à expansão da pós-graduação, não se observa qualquer diferença significativa. A expansão exponencial dos últimos anos não foi acompanhada por qualquer indução de mudanças no perfil acadêmico dos cursos, que continuam a “formar doutores para formarem novos doutores”. O investimento de recursos públicos para a absorção de doutores por parte da indústria, objeto de iniciativas formais por parte das agências de fomento, não tem sido acompanhada por iniciativas de diferenciação de perfis de formação desses futuros profissionais. Sequer os mestrados profissionais, objeto de polêmica quando da sua implementação há mais de uma década, viram aumentar sua oferta.

O mesmo pode ser dito da criação de novas instituições de ensino superior. Salvo uma genérica orientação “regional” na definição das respectivas vocações institucionais, que, de resto, não deixa entrever qualquer inovação na definição do perfil das atividades acadêmicas, quer no ensino, na pesquisa ou na prestação de serviços avançados à sociedade, nascem todas presas ao mesmo modelo institucional, o que está criando enormes dificuldades para a viabilização de algumas delas. Mais importante que tudo, o marco regulatório das instituições públicas, especialmente das universidades federais, permanece inalterado. E, por força do “empoderamento” dos órgãos de controle da administração pública, mais do que nunca elas se transformaram em repartições públicas, submetidas ao controle das atividades-meio e a uma ritualística de proibidade de administração pública incompatível com o que se espera de instituições responsáveis pela abertura de novos horizontes de desenvolvimento científico, tecnológico e, conseqüentemente, econômico, social e cultural.

Em suma, as mudanças estruturais necessárias para dar consequência a uma política de inovação sustentada na economia, na sociedade e na cultura, ainda estão à espera de iniciativas. Enquanto isto, grande parte dos esforços e dos recursos investidos em inovação são perdidos. Mudanças estruturais nas universidades não têm interesse meramente administrativo. Elas respondem por algo mais profundo, que diz respeito à própria relação entre as distintas esferas de atividade social, entre os distintos “mundos sociais” envolvidos no fenômeno social da inovação. Enquanto não houver um padrão estável de comunicação entre campos da atividade econômica, da atividade científica e tecnológica e do próprio sistema político, a inovação não terá espaço para se desenvolver. A

universidade, ao tomar parte na intercomunicação entre “mundos sociais”, estando por isso enraizada na vida prática da sociedade, tem um papel importante na constituição de uma economia inovadora (FLICHY, 1995). Em outras palavras, sob esse arranjo institucional a produção de conhecimento científico e tecnológico poderia abrir uma alternativa em relação às estratégias de mera instrumentalização do trabalho e da natureza.

Ora, este padrão estável de intercomunicação requer estruturas institucionais facilitadoras, e, no caso brasileiro, o atual modelo institucional das universidades públicas é um dos principais obstáculos à inovação. A condição de autarquias, condição considerada necessária para garantir seu caráter público – e defendida pelo próprio movimento organizado dos docentes universitários quando da unificação do regime jurídico das suas instituições em meados dos anos 1980 – impede, na prática, a interação necessária com as instituições da vida econômica e social, sejam elas empresas privadas ou outras. Essa interação, quando acontece, se dá sob a forma de “prestação de serviços” (tecnológicos e outros) da universidade a demandantes externos. Isto resulta do desenvolvimento de três tendências da universidade brasileira, contrárias ao seu papel de instituição moderna, mas que não obstante observamos atualmente. São elas:

- A apropriação da ciência como parte do processo de sofisticação cultural dos grupos sociais responsáveis pela produção científica, sem conexão orgânica com os problemas colocados no plano da economia e da organização social como um todo. Esta tendência gera uma cultura científica mais comprometida com os processos formais – dentre os quais figuram certamente as estruturas de prestígio social dos seus agentes – do que com seus resultados (cultura que em grande parte ainda domina as universidades brasileiras). A falta de atenção dada aos resultados práticos da pesquisa científica é possibilitada justamente pela ausência de canais de intercomunicação institucionalizados entre a universidade e as outras esferas da sociedade. Como parte da burocracia do Estado, os grupos de cientistas comunicam-se com a sociedade somente a partir desta burocracia. Ao ancorar-se nas estruturas administrativas do Estado, os que produzem ciência são também responsáveis pelos decretos administrativos que regulamentam a atividade;
- Não obstante essa capacidade de regular a própria atividade sem interferência externa, uma segunda tendência se cria no desenvolvimento das universidades brasileiras, qual seja a sua subordinação em relação às estruturas tradicionais de poder. O próprio fato de não se inserir em canais institucionalizados de comunicação com outras esferas da vida social coloca a universidade brasileira como refém de vontades políticas sobre as quais ela não tem controle dentro da estrutura do Estado. Dessa forma, a articulação do poder político com o novo papel das elites econômicas (anteriormente analisado), impõe aos agentes da produção de C&T e da produção econômica uma integração via adaptação passiva às tendências geradas pelos núcleos inovadores da economia mundial. A proposição de novos problemas científicos, que façam avançar o conhecimento sobre a realidade do mundo que cerca as universidades, neste sentido também caminha a reboque da ciência produzida pelas instituições do núcleo da economia mundial;
- Por fim, como uma tentativa de contestar a nem sempre visível desarticulação da universidade brasileira com relação a vida prática da sociedade, alguns grupos de cientistas iniciam um movimento de valorização acrítica da cultura das classes populares, tida como ontologicamente oposta à "cultura das elites". Esta valorização acrítica pode ser observada em parte das nossas universidades periféricas e alguns dos novos projetos de universidades

públicas. Esta atitude, emergente no processo de transição da ditadura à democracia e fortalecida, por razões compreensíveis, na conjuntura aberta em 2003, tende a projetar utopias regressivas fundadas na associação imediata entre a “lógica” da ciência e da tecnologia e “dominação de classe”. Assim, a subordinação da universidade às estruturas tradicionais de poder – que exercem hoje um novo papel – encontra sua versão homóloga, porém invertida, de subordinação a partidos, associações e grupos sociais identificados, de maneira geral, com “causas sociais” (a categoria “social” neste caso pretende manter uma relação de oposição ao que se considera ser de “elite”).

Em todas as tendências veem-se as consequências de uma atividade científica não mediatizada pela vida social. Ora, o que se percebe na experiência dos países que mantêm políticas de inovação sustentadas é um processo muito mais complexo de “interação”, no qual os próprios pesquisadores universitários transformam-se em empresários de suas inovações, sem perderem sua condição de pesquisadores universitários, ou, em situações mais extremas, vemos pesquisadores universitários ocupando simultaneamente postos de direção em empresas comerciais. Obviamente isto é impensável no Brasil – a não ser que o pesquisador em questão torne precário seu vínculo com a universidade via mudança no regime de trabalho.

Em suma, o atual estatuto autárquico das universidades públicas brasileiras reproduz, no plano regulatório das suas atividades, a cisão estrutural entre as esferas da cultura – incluindo a ciência e a tecnologia – e da atividade econômica em geral, cisão esta que presidiu a própria formação da universidade brasileira (OLIVEIRA et al, 2009). Imaginar que qualquer teoria da “tripla hélice” que procure aproximar as universidades das demandas empresariais possa superar esta cisão, sem a alteração daquele marco regulatório, significa desconhecer que a cultura empresarial dominante numa economia semiperiférica tem como horizonte uma integração eficiente nessa mesma semiperiferia, buscando as melhores condições para a absorção e operação do horizonte tecnológico resultante da dinâmica de inovação das economias centrais. Em outras palavras, não serão as empresas que romperão com a cultura da dependência – pelo contrário, elas tendem a operar segundo as leis do costume ditadas pela própria dependência. Tampouco o serão as universidades, que, isoladas da respectiva sociedade pelo seu estatuto autárquico, tendem a reproduzir a agenda científica dos países centrais, como se esta correspondesse a um campo neutro e universalmente válido.

Mais do que uma “tripla hélice” (ou, melhor dito, mais do que a simplificação de raciocínio que a absorção da teoria num contexto de dependência econômica sugere) o que se busca é a criação de condições para a “fricção” e a “irritação mútua” entre os sistemas da ciência e tecnologia e da atividade econômica, aquele configurado na instituição universitária e este no mundo empresarial. O que a experiência internacional demonstra é que é no espaço dessa “fricção” que surge a inovação tecnológica, absorvida pelas empresas sob a forma de novos produtos ou processos produtivos, e pela universidade sob a forma de novos temas e horizontes de pesquisa.

Entendemos que este é o desafio que permanece no Brasil. Uma reforma do marco institucional do sistema brasileiro de universidades públicas certamente não será um convite para um banquete. Mas evitá-la, com receio da reação que ela possa desencadear, comprometerá a política de inovação tecnológico-industrial que se almeja, e será o melhor caminho para retornarmos, orgulhosos, à senda traçada pelo nosso destino histórico.

Artigo recebido em 12/12/2011 e aprovado em 05/01/2012.

Referências

DURKHEIM, Emile. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Quadrige/PUF, 1987.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP. *Obstáculos à inovação na indústria*. São Paulo, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FLICHY, Patrice. *L'innovation technique: récents développements en sciences sociales vers une nouvelle théorie de l'innovation*. Paris: Éditions La Découverte, 1995.

OLIVEIRA, R. et al. Inovação tecnológica no Brasil: questões éticas da ação social em uma economia semiperiférica. *Parcerias Estratégicas*, v. 14, n. 29, dez. 2009.

SCHMITT, Gerson. *Setor cresce mas modelo corre risco de colapso*. Disponível em: <<http://www.tiinside.com.br/27/06/2011/setor-cresce-21—masmodelo-corre-risco-de-colapso-diz-abes/ti/229298/news.aspx#ir>>. Acesso em: 28 jun. 2011.